BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Abril-Maio-Junho – ISSN 2175-9103 Nº100

Boletim Número 100
Data: Abril-Maio-Junho/2024

EDITORIAL

Chegamos a centésima edição do Boletim PROEALC trazendo na cobertura deste trimestre temas como a tragédia socioambiental ocorrida no Rio Grande do Sul, no mês de maio. As chuvas registradas neste mês de maio de 2024 geraram a pior enchente neste estado desde o ano de 1949. O presente boletim de nº 100, então, visa trazer a reflexão – que já chegou a ser feita em outras oportunidades, em ocasião de infelizes tragédias socioambientais – sobre o papel determinante da lógica capitalista em desastres naturais, desde a falta de investimento na prevenção de tragédias, quanto na incidência do capitalismo no aceleramento do aquecimento global.

Abordamos ainda a discussão do PL1904, que buscava proibir o aborto legal, equiparando-o ao crime de homicídio simples, o que geraria uma pena mais dura para uma mulher que fosse estuprada e optasse pelo aborto do que o seu próprio estuprador. Nesta direção, o boletim traz artigos para refletirmos sobre alguns elementos sociais importantes que estão por trás de tal projeto, nos permitindo melhor elucidar sobre quais são os seus intuitos.

Também trazemos nessa edição uma perspectiva sobre a greve federal das Universidades, analisando tanto o seu movimento e a resposta do governo Lula; tal como o papel desempenhado pelas mídias digitais durante esse período. Esse tema se interliga com o último artigo que visa refletir sobre a classe trabalhadora através do movimento do dia 1º de Maio deste ano, que esteve bastante esvaziado, mesmo com um governo de centro-esquerda que põe o trabalhador como elemento central em seu discurso.

Na agenda acadêmica, trouxemos eventos que buscam discutir questões que foram levantadas pelo boletim, como o meio social, político e geopolítico na América Latina que ocorrerão ainda nesse segundo semestre de 2024. Na sessão de lançamentos, livros que se relacionam com o tema do feminismo, importante reflexão em tempos de PL1904.

Esperamos que esse boletim possa trazer boas reflexões e inspirações para debates!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
André Luiz Brito Silva Ferreira
Bolsista pesquisador do PROEALC

Em Foco I

As ramificações de uma tragédia anunciada

Por *Rafaella Coury*
10/05/2024

Por mais que muita gente não acredite, a previsão do tempo frequentemente acerta e vale a pena ficar de olho. No final de abril, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a

MetSul Meteorologia divulgaram previsões de altos volumes de chuva e até alertas de risco de enchentes no Rio Grande do Sul. Efetivamente, no Vale do Taquari, os estragos começaram já na madrugada do dia 29 de abril, quando as precipitações atingiram 200 milímetros e duas mortes foram registradas.

Em seguida, a calma orientação das autoridades pedia às pessoas que ficassem em casa, mas os alertas de mau tempo, instabilidade e grande volume de chuva seguiam. E em pouco mais de uma semana, a situação se agravou enormemente e não adiantou apenas ficar em casa.

No dia 1º de maio, com os atos do Dia do Trabalhador cancelados em algumas cidades do RS, a enchente já era reconhecida como a quarta maior no estado desde junho de 2023, com 107 municípios afetados e, agora, um tom de emergência vindo das autoridades. Nas informações do Metsul, os acumulados extremamente altos de precipitação provocariam uma situação de desastre de grandes proporções no estado gaúcho. E foi o que aconteceu.

Já no dia 2 de maio, o que já era tarde, foi decretado estado de calamidade pública no RS pelo que estava sendo considerado o "maior desastre do estado", nas palavras do governador Eduardo Leite (PSDB). De fato, enchentes, rios transbordando, deslizamento de terra e cidades submersas eram o cenário do estado.

Conforme o governador, "estamos vivendo um momento muito crítico. Em setembro do ano passado, tivemos uma enxurrada muito severa, mas o tempo abriu em seguida, o que nos deu condições de entrar em campo mais rapidamente. Neste momento, temos muitas dificuldades operacionais para fazer os resgates". De lá para cá, as águas tomaram a capital do estado, Porto Alegre, e diversos outros municípios.

É bastante curioso que ele reconheça que houve um momento crítico há apenas 8 meses e, de lá para cá, não tenha feito algo para evitar novas ocorrências. Pelo contrário, o governo do estado ativamente ignorou um relatório feito pela Assembleia Legislativa, pedindo medidas como maior investimento nas áreas de prevenção, na área da defesa civil e uma legislação mais rígida com a questão da preservação ambiental, por exemplo.

Além disso, em 2019, Eduardo Leite limou ou alterou 480 pontos da lei ambiental do estado, atropelando o Código Ambiental do Rio Grande do Sul. À época, Luciana Genro (Psol) disse que o RS estava "na contramão de uma onda mundial, que é de valorização e de preocupação com a causa ambiental", acrescentando que a aprovação do projeto seria "uma irresponsabilidade que terá um preço elevado".

Para Leite, o que está ocorrendo agora é apenas uma tragédia climática e considera "injusto culpar a legislação local" por uma enchente em mais de 400 municípios, com mais de 100 fatalidades e mais de 1 milhão de gaúchos afetados, sendo 230 mil desabrigados até o fechamento deste texto.

Vale dizer que esse não é o mesmo pensamento da população, já que 68% dos entrevistados na pesquisa Genial/Quaest desta semana considera que o governo do estado, liderado por Leite, é o principal responsável pela calamidade que assola o estado há mais de uma semana.

Aparentemente, este é sim o momento de politizar, apontar e culpar os responsáveis por tudo o que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Afinal, a tragédia foi anunciada e até vai além de ações internas do governo, pois envolve todo o sistema político-econômico que impera no país. Quando o meio ambiente é negligenciado e o lucro é a principal prioridade de governos, empresas e até das pessoas, todo mundo paga o preço.

Neste meio tempo, vale reforçar as ações positivas que dão um alívio, mesmo que pequeno, em situações desesperadoras. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Levante Popular da Juventude iniciaram prontamente a distribuição de marmitas a atingidos pelas enchentes por meio das cozinhas solidárias.

A Conab, por sua vez, entregou quase 500 cestas de alimentos a cozinhas emergenciais que estão preparando refeições para os atingidos. Já a Missão Sementes de Solidariedade mobilizou entidades em socorro às vítimas das enchentes, recolhendo doações de todo o país. E até famílias do MST atingidas pelas chuvas iniciaram uma cozinha solidária em Viamão (RS) para atender à população de Eldorado do Sul. Tem ainda uma campanha popular para salvar animais perdidos na enchente em Porto Alegre.

Até o governo federal tem se manifestado, com o presidente Lula (PT) afirmando que vai destacar todos os esforços necessários para reconstrução do RS, antecipando pagamento de benefícios e facilitando crédito para injetar R$ 50 bilhões no RS, anunciando novas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com R$ 1,7 bilhão para a prevenção de desastres, dentre outros movimentos que indicam atenção e presença.

As redes sociais se dividem entre notícias falsas, pedidos de resgate e depoimentos tristes, campanhas para doação, enaltecimento de instituições como os Correios e os

movimentos populares como o MST, momentos de alívio coletivo e informações desencontradas.

Mais uma vez, é em situações assim que a relevância e a importância do jornalismo de qualidade, que vai além da mídia hegemônica, são reforçadas. É importante criticar. É importante denunciar. É importante recomendar como ajudar. É importante estar presente e não deixar tragédias serem esquecidas e os responsáveis passarem impunes. Este é nosso papel.

Não é um ofício sempre fácil ou suave. Frequentemente, é doloroso ter que acompanhar intensamente o sofrimento de tanta gente, de pessoas próximas ou distantes, daqueles que conhecemos ou nos colocamos no lugar, ver a negligência daqueles que poderiam ter evitado ou que, agora, poderiam ajudar.

Mas o comprometimento fala mais alto e nossa proposta é seguir nesta luta para tentar ao máximo evitar mais tragédias como esta. Esperamos que você siga nos acompanhando neste compromisso.

E você pode ajudar nas doações para o MST pelo Pix 093521410001-48 e para as cozinhas solidárias pelo Pix 733164570001-83.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/05/10/as-ramificacoes-de-uma-tragedia-anunciada

Em Foco II

A culpa não é do clima: o extremo climático no Rio Grande do Sul não é isolado

Por *Márcio José, Renata Menezes, Camilo Augusto e Diógenes Rabello*
09/05/2024

A humanidade possui valores profundamente solidários. Ainda que o capitalismo atente contra a vida e busque espetacularizar a tragédia, com seus âncoras mais importantes destacados para fazer a cobertura em meio ao cenário de caos, há um sentimento coletivo que conecta as pessoas sem esperar um reconhecimento individual.

Quando um repórter global vai entrevistar uma das médicas responsáveis pela acolhida das vítimas das enchentes, ele se refere a ela como a figura mais importante, e ela, prontamente responde que não é ela que é importante, mas todos que estão ali.

Com isso, queremos reafirmar toda a solidariedade às pessoas atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, e nos reconhecer nos profissionais e voluntários que vem somando esforços para enfrentar esse momento difícil. Todos, em coletividade, são importantes para a superação da dor, da perca e do luto.

O Estado do Rio Grande do Sul possui 497 municípios. Destes, 388 foram impactados de alguma forma pelo temporal, somando 1,3 mi de pessoas atingidas em diferentes níveis, seja pelas enchentes, pela falta de energia, abrigo, água, etc. Os dados até então informam que há 90 pessoas mortas, 132 desaparecidas e 361 feridas.

Não há palavras que possam confortar as pessoas que estão vivenciando este horror cotidiano. Podemos caracterizá-las como parte dos vários refugiados climáticos ao redor do mundo, que na essência, são pobres, trabalhadores, moradores das periferias urbanas e rurais e impactados pelo fio comum da destruição capitalista.

Duas questões emergem com força em nossos dias, mas não são novas. A primeira está contida na frase: “o capitalismo destrói suas principais fontes de riqueza: o ser humano e a natureza”. Karl Marx, que afirmou isso há 150 anos atrás, continua e continuará atual enquanto o modo de produzir capitalista existir, pois a destruição está em sua natureza de funcionamento.

A crise ambiental que vivenciamos vai muito além da crise climática e tem suas origens no próprio modo com que o sistema capitalista organiza a relação entre o ser humano e a natureza. A produção orientada somente pela acumulação de lucro gera um enorme desperdício dos recursos naturais, ou como preferimos denominar popularmente, os bens comuns da natureza.

Afinal, quem pode ter a propriedade privada dos rios, das plantas, dos animais? Este modelo consumista e acumulador extrapola as necessidades da vida digna da humanidade, e ele agora está em uma crise profunda, uma crise estrutural do sistema capitalista.

Na verdade, os interesses pela exploração desenfreada servem apenas para deixar os ricos cada vez mais ricos, e essa escala de produção, circulação e consumo orientada na lógica da acumulação envenena o planeta com gases tóxicos, lixo, contaminação das águas e do solo, desperdício de eletricidade. Importante ressaltar, que o problema não está em fechar

ou não a torneira, pois enquanto alguns podem gastar milhares de metros cúbicos de água, outros nem possuem água potável para beber.

Logo, num sistema perversamente desigual, as consequências disso, sejam elas sociais como a fome, a miséria, a falta de saneamento, a violência armada, sejam elas ambientais, como a vivida nas terras gaúchas e enfrentadas também no Quênia, Tanzânia e outros países africanos nestas semanas, recaem sempre sobre os ombros dos que tudo produzem e pouco possuem: os trabalhadores e trabalhadoras que moram nos locais de maior vulnerabilidade social dentro das cidades, como as encostas e fundos de vale, pois são empurrados pela especulação imobiliária e pela ação do Estado que legitima a instalação de empresas e condomínios fechados no locais mais privilegiados.

Assim como na pandemia de Covid-19, não estamos todos no mesmo barco. Há barcos equipados com a melhor tecnologia para enfrentar os desastres ambientais causados pela ação dos grandes capitalistas, barcos cheios de botes salva-vidas. Barcos que levam as pessoas para lugares onde podem se refugiar, se aquecer e refazer suas vidas sem tantos custos.

E há barcos superlotados, furados, sem coletes, sem motor, e esses barcos são muito mais numerosos. O que queremos dizer é que os efeitos climáticos e ambientais da crise do capitalismo recaem sobre a parcela mais pobre e mais numerosa da sociedade. Assim foi durante a Covid-19, que, por sinal, é consequência da degradação das florestas asiáticas, como aponta a pesquisa exposta no livro Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace.

Vamos à segunda questão: o que a humanidade está fazendo para solucionar este grave problema? Há uma série de iniciativas da comunidade internacional para debater a questão ambiental, desde o fim dos anos 1970 que ganha mais força e projeção nos países a partir dos anos de 1990, sobretudo com a Rio-92, ou a famosa ECO-92, que é a antecessoras das Conferências das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, as famosas COPs (em inglês Conference of the parties - Conferência das Partes, traduzido).

A COP serve, ou deveria servir, para a busca de soluções, elaboração de propostas e alternativas às mudanças climáticas, construídas entre os países junto à comunidade científica. Contudo, estes espaços se mostraram, antes de tudo, um lugar para organizar a acumulação de riqueza com a crise climática, ou “um lugar de oportunidades para lucros”.

Nelas têm se desenhado ideias de transições energéticas que movimentam milhões em recursos financeiros, se arquitetam mercados de carbono e agriculturas “inteligentes” que enchem os bolsos dos causadores da crise, mas pouco agem na centralidade de debate climático, como a necessidade de adaptar as cidades e o campo para enfrentar a crise climática.

Se olharmos atentamente para as propostas elaboradas nestes eventos internacionais veremos que elas não passam, no bom português, de uma tentativa de “tapar o sol com a peneira”, pois se tratam de formas lucrativas de enfrentar o problema e não de mudança paradigmática no modo de uso e ocupação dos territórios e dos bens comuns, uma vez que não se propõe uma alternativa à forma destrutiva de se relacionar com a natureza, mas sim a mudança da forma de destruir e de poluir. Troca-se a emissão de carbono pela contaminação da mineração e a produção de imensas quantidades de lixo resultante da produção de energias “limpas”, no médio prazo.

Situações dramáticas e catastróficas como a dos últimos dias no Rio Grande do Sul nos alertam para a incapacidade de mecanismos como a ONU de propor alternativas concretas, mas eles não são os únicos a lidar com a questão. Há diversos países do chamado Sul Global que vem buscando alternativas.

A Etiópia, por exemplo, plantou 350 milhões de árvores em 12 horas, esforço combinado entre ação do Estado e da população para atuar diretamente sobre a situação de seca causada pela vegetação reduzida a 4% do território nacional. A solução para a crise ambiental são os povos que a fazem, com o compromisso do Estado ao lado dos mais vulnerabilizados.

No caso brasileiro, a tendência é de cada vez mais vivenciarmos esses eventos climáticos extremos, e é necessário atuar na complexidade que a situação exige. Adaptação territorial no campo e nas cidades, previsibilidade e conscientização da população sobre os alertas, fundos que subsidiem a reconstrução da vida das famílias e pessoas atingidas, e principalmente a reorganização de nosso modelo agrícola.

É necessário, por exemplo, que as universidades com seus estudos geomorfológicos, climáticos e demais ferramentas deem subsídios para o planejamento territorial junto com as populações urbanas e rurais, papel este que deveria ser do governador, no caso em questão, e que foi negligenciado.

Há o fenômeno de ordem natural que explica a situação climática na região Sul do país neste momento, que se trata da circulação geral da atmosfera. Um dos fatores que contribuíram para que as chuvas ficassem concentradas no Rio Grande do Sul foi o sistema de alta pressão atmosférica na região Centro-Sul, que impediu a frente fria que chegou nos últimos dias de avançar sobre o continente e espalhar as chuvas, reduzindo possibilidade de chuvas concentradas.

Mas, existem os fatores de influência direta na dinâmica atmosférica, como o forte calor que emana desta região, explicado pelas queimadas e do desmatamento, sobretudo no Cerrado para plantio de commodities. A terra nua, sem vegetação, esquenta e retém calor, o que contribui para que a frente fria, que forma a chuva, possa avançar para outras regiões.

Exemplo disso foi o legado de Ricardo Salles, que durante seu mandato de ministro do meio ambiente no governo de Bolsonaro, editou mais de 300 atos oficiais que flexibilizaram os crimes ambientais para o agronegócio, colocando em risco a política ambiental brasileira, conforme evidenciou informações levantadas pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Ou seja, temos toda a tragédia bolsonarista, o Congresso e sua enorme bancada de deputados federais da bala e do boi como responsáveis diretos desta situação. Estamos literalmente vivenciando as consequências de “passar a boiada” promovida por Ricardo Salles, Luciano Zucco e todo o time de grileiros, latifundiários, jagunços que promoveram a destruição ambiental no governo Bolsonaro, marcado por nuvens de fuligem, garimpo ilegal, dias de queimadas intensas, entre tantos outros episódios.

Este mesmo Congresso impõe um teto de gastos que impede que o recurso chegue de acordo com a necessidade de atendimento aos atingidos e atingidas no Rio Grande do Sul e que fecharam os olhos para o colapso da Lagoa Mundaú como resultado da mineração da Braskem, em Maceió e que deslocou forçadamente mais de 60 mil famílias.

Não tem como desvincular a tragédia ambiental da questão fundiária brasileira, tampouco fazermos lutas em defesa da natureza sem falar de reforma agrária, revogação do marco temporal, reconhecimento e regularização das terras de povos e comunidades tradicionais.

Não há possibilidade de alternativa sem começar por apontar os verdadeiros culpados pela crise climática, pois a luta ambiental está no motor da luta de classes, e para determos as tragédias e preservar as vidas, devemos parar o sistema capitalista e construir um outro

modelo de sociedade, em nome dos que se foram, em nome dos que estão vivos, em nome dos que virão, a natureza e a humanidade não aguentam mais o capitalismo.

Nessa disputa de narrativas, que coloca a espetacularização de um lado, e os fatores determinantes da crise climática de outro, é fundamental apontar para o elemento da solidariedade que se renova a cada situação de vulnerabilidade social vivenciada.

Apostamos na prática e na reflexão sobre a solidariedade de classe nesse momento de atenção com os trabalhadores e trabalhadoras no Sul. Não se trata de campanha de arrecadação, se trata de partilha e de cuidado coletivo.

Essa é, por exemplo, a preocupação de instalar Cozinhas Solidárias e Comunitárias e de destinação de parte da produção de alimentos produzidos pelas cooperativas do MST em outros estados que estão sendo enviados para contribuir na recuperação das famílias.

É por esta solidariedade, que acreditamos que nem tudo está perdido, e com isso avançamos para a última questão: o que é possível fazer diante deste cenário? Um primeiro elemento se diz à luta que os países do Sul global vêm fazendo, em partes nos espaços internacionais de discussão da dita governança climática global, que é exigir que os países do centro do capitalismo financiem as mudanças necessárias para enfrentar a crise ambiental.

Todavia, falta qualificar essa luta colocando na ordem do dia o financiamento para a adaptação, que é o patinho feio das metas e acordos mundiais do clima, pois fica sempre escondida enquanto as ações de mitigação ganham toda a atenção por fazerem parte das estratégias de lucro de grandes conglomerados como a Tesla, que ao mitigar a emissão de CO2 com seus carros elétricos, lucra bilhões com a destruição de florestas e rios para extrair os minérios necessários para isso.

É urgente pensarmos a adaptação às mudanças climáticas, e lutar por investimentos suficientes para tanto, pensar em uma cidade com planejamento, inclusiva, que atenda aos interesses populares e eficiente e uma agricultura camponesa de base familiar, agroecológica, adaptada às condições do clima, do bioma e com subsídios estatais. Isso se faz com planejamento urbano e políticas eficientes de moradia que possibilitem ao povo ocupar espaços que não estejam sujeitos às consequências de eventos climáticos extremos, e por outro lado, pensar uma produção agrícola que crie condições de se produzir na adversidade do clima, coisa que já é feito através dos Sistemas Agroflorestais.

A questão ambiental deve ser convertida em campo de batalha para que consigamos avançar na construção de soluções verdadeiramente efetivas, que resolvam os problemas

ambientais e sociais gerados pelo capitalismo. Como afirmam nossos parceiros das periferias: “nada sobre nós, sem nós!”.

Nós seguiremos fazendo o cordão da solidariedade e estendemos nossas mãos para alcançar um outro mundo, construído braço a braço. Nossos sentimentos de indignação com a tragédia e de solidariedade com as gaúchas e os gaúchos.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2024/05/09/a-culpa-nao-e-do-clima-o-extremo-climatico-no-rio-grande-do-sul-nao-e-isolado

Em Foco III

Como a extrema direita mundial 'ajusta' o discurso negacionista diante da emergência climática

Por *Renato Souza*
14/05/2024

Quem observa a articulação da extrema direita no mundo, a forma como o bolsonarismo está conectado com a europeia e estadunidense num mesmo movimento político, pensa que ela é uma unidade ideológica consistente. Só que não.

Em geral, ela continua a ser fascista no mundo inteiro: mira um Estado autoritário e policial, a tutelar uma nacionalidade baseada numa identidade cultural coercitiva, que elimina a diversidade a partir da aniquilação dos adversários e de tudo aquilo que não pareça consigo. Mas, a partir daí a agenda já não é mais a mesma.

No Brasil, identificamos a extrema direita como uma geleia ideológica, tão dissensiva quanto oportunista, cada corrente endereçando seus próprios temas. Ali se misturam militaristas, olavistas, anarcocapitalistas e neoliberais, fundamentalistas cristãos, e parte considerável da burguesia agrária, extrativista e da classe média comerciante e liberal. Uma mistura tão cheia de contradições entre si quanto de interesses comuns: são contra o Estado de bem-estar social, a sociedade liberal e as instituições da democracia moderna.

Aqui, além do conservadorismo religioso e moral, a extrema direita é também neoliberal, entreguista, privatista e negacionista do meio ambiente, das mudanças climáticas, das vacinas e da história. Este conjunto de posições ideológicas carrega contradições e

inconsistências que podem resultar em problemas políticos consideráveis, por exemplo, sobre como se posicionar frente às mudanças climáticas, cada vez mais evidentes e próximas de nós.

Na Europa, ao contrário, já há algum tempo a extrema direita vem contornando estas "falhas" de discurso, adotando uma suposta defesa do meio ambiente que inverte sua histórica postura negacionista. Por exemplo, estudo de Joe Turner e Dan Bailey com 22 partidos extremistas europeus publicado na Revista Environmental Politics em 2022 concluiu que o negacionismo ambiental não é mais o discurso ambiental predominante da extrema direita europeia. Ao contrário, ela tem adotado uma postura que pesquisadores tem denominado de "ecobordering", termo usado para designar o endurecimento do controle das fronteiras por razões ambientais.

Como se sabe, a agenda principal da extrema direita europeia é o combate à imigração e aos imigrantes. Um "mal-estar" colonial que lá se manifesta de forma brutal no conflito com as ondas migratórias das ex colônias que afluem todo o ano para a Europa. A soma desse afluxo migratório com o envelhecimento de sua população e a tendência conservadora de sua cultura, cria o temor de uma "substituição cultural", conceito conspiracionista difundido pelo escritor francês Renaud Camus em seu livro de 2011, A Grande Substituição. Isso tem levado a extrema direita a colocar o combate à imigração como a mais importante agenda de defesa da identidade nacional e do modo de vida das nações e dos povos europeus.

Assim, o discurso ambiental emergente na extrema direita europeia busca culpar os imigrantes pela degradação ambiental, bem como estabelecer restrições de fronteira para proteger os privilégios das populações locais europeias. Embora não pareça, usar uma justificativa ambiental para a agenda anti imigração representa uma guinada de 180 graus no seu discurso ambiental, tradicionalmente negacionista.

Aliás, não é nova esta aproximação entre a defesa do meio ambiente, a intolerância étnica cultural a e a busca por construir uma identidade nacional supostamente pura. É amplamente conhecido que o partido de Hitler tinha de fato uma "banda verde", uma ala ambientalista capitaneada por seu Ministro da Agricultura, Richard Darré, que herdou integrantes de movimentos naturalistas como o Wandervögel e o Völkisch, este último criador da expressão "Blut und Boden" (sangue e solo), que se tornaria um dos lemas do nazismo após ser popularizado por Darré em seu livro Uma Nova Nobreza Baseada em Sangue e Solo, publicado em 1930.

Nos EUA a questão ambiental e a defesa do meio ambiente também já não são mais uma pauta exclusivamente progressista ou de esquerda. Ao contrário, a defesa do meio ambiente tem estado na boca de muitos extremistas de direita, de movimentos tradicionalistas e conservadores como o Council of Conservative Citizens, passando por supremacistas brancos como Philip Santoro, do site American Renaisance, por terroristas solitários como Patrick Crusius, que evocou causas ambientais para justificar o assassinato de 23 pessoas em El Passo em 2019, até alguns dos invasores do Capitólio no 6 de janeiro de 2021.

Mas é mesmo na França que o discurso ambientalista da extrema direita tem se tornado mais consistente e teoricamente articulado, por obra de autores como Hervé Juvin, ex deputado do Parlamento Europeu pelo Rassemblement National, partido dos Le Pen, e do filósofo Alain de Benoist. O conceito por traz desta virada ambientalista da extrema direita francesa é o chamado "localismo", pelo qual fazem a crítica ao neoliberalismo e ao comportamento "nômade" das populações mundiais, que gerariam os fluxos migratórios e comerciais que eles visam combater.

A tese é a de que a modernidade globalista visaria formar uma homogeneização global, destruindo as tradições, culturas e modos de vida locais. Contra isso o localismo propõe o que Juvin chamou de "ecologismo das civilizações", visando preservar o que Benoist chamou de etnodiferencialismo, ou a diversidade cultural baseada na diferenciação étnica.

Na prática, o localismo francês propõe o re-enraizamento das populações locais, os europeus, chamados teoricamente de "sedentários", contra o comportamento fluido e ambientalmente irresponsável e predatório dos "nômades", certamente os imigrantes. Mas o localismo também propõe a revisão da logística econômica, valorizando produtos e empresas locais contra a crescente internacionalização do comércio. Marine Le Pen chegou a afirmar que o ambientalismo é filho do patriotismo, porque é filho do enraizamento. Tanto para Le Pen como para Marion Marechal, outra líder da extrema direita francesa, o ambientalismo é uma forma de conservadorismo, e as mudanças climáticas são um problema global que requer soluções locais.

No fundo, o localismo responsabiliza os fluxos migratórios e comerciais pelos problemas ambientais e climáticos, e propõe fechar a sociedade e a economia para os imigrantes e para produtos vindos, sobretudo, do Sul Global, e de países como China, índia e Brasil. Assim, a tese do Localismo acaba não só oferecendo uma saída "honrosa" para o

negacionismo climático da extrema direita, como também um discurso aparentemente menos racista e xenofóbico para o combate à imigração na Europa.

Como se vê, o foco desta abordagem é o combate à imigração e ao liberalismo comercial, então, a revisão do negacionismo climático entra como uma faceta conveniente. Isso porque o negacionismo climático nunca foi sobre ciência, nunca foi contra a ciência, e sim contra as políticas globais de combate ao aquecimento global (chamadas por eles de globalistas), que atingem interesses econômicos poderosos e implicam em redução da autonomia nacional. Muitos negacionistas dizem mesmo que a tese do aquecimento global é uma conspiração da esquerda para aniquilar a liberdade econômica e instituir um governo global. É contra isso que se ergue o negacionismo climático, e é por isso que ele se localiza na extrema direita. Mas o localismo também se contrapõe a isso, e ainda oferece um discurso eufemisticamente teórico para o combate aos imigrantes.

Do ponto de vista do discurso, o localismo da extrema direita francesa supera uma série daquelas contradições que a extrema direita do Sul Global ainda carrega, pois foi capaz de unir nacionalismo, identitarismo étnico, conservadorismo de costumes, oposição à imigração e defesa do meio ambiente numa mesma plataforma política. Ele permite que obstruam as políticas contra as mudanças climáticas (isso eles continuarão a fazer) sem que precisem negar a emergência climática, afinal, “este é um problema global, mas que tem soluções locais”, como dizem Le Pen e Marechal. E permite que aprofundem o combate à imigração sem que pareçam racistas ou xenófobos.

Enquanto o restante da extrema direita europeia ainda militava no negacionismo, a francesa vinha desde 2010 se convertendo a este ambientalismo nacionalista e populista. Agora, porém, via localismo ela oferece a plataforma de discurso mais bem-acabada para este campo, que tende a se difundir para os demais países seguindo a tendência de a extrema direita francesa puxar o discurso político da extrema direita europeia.

Na verdade, esta higiene nas palavras e na teoria não afasta o localismo francês do que ele realmente é: uma corrente de extrema direita, de um identitarismo fascista, nacionalista e colonialista, com um discurso de culpabilização dos imigrantes pelos problemas ambientais que é uma farsa, só que agora, como já não podem participar da partilha colonial, pretendem fechar-se para desfrutar dos privilégios do colonizador apenas com seus iguais.

Mas ele já não é negacionista ambiental nem climático, como aqui. Ao contrário, aponta para o declínio deste negacionismo mesmo entre a extrema direita, face à evidência

fática de tragédias climáticas cada vez mais frequentes e extremas. A extrema direita de lá e o próprio localismo é, na verdade, obstrucionista, ou seja, tenta obstruir pautas internacionais de gestão das mudanças climáticas com base em um localismo enganoso e inócuo para este fim.

Já no Brasil, a extrema direita continua a atuar dentro do paradigma do neoliberalismo, da predação ambiental e do negacionismo climático. Como em toda a parte, o negacionismo ambiental e climático, aqui, não tem a ver propriamente com ciência, ou com negar a ciência. A ciência é a vítima, simplesmente. O negacionismo daqui tem a ver com interesses econômico financeiros de algumas poucas categorias, particularmente dos grandes proprietários de terras e de setores extrativistas (mineradores, madeireiros, etc.), que precisam afastar as restrições ambientais para expandir suas atividades indiscriminadamente.

Em função disso, tem havido nos últimos anos um verdadeiro desmonte institucional na estrutura de fiscalização e na legislação ambiental, principalmente partir dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Parte deste desmonte tem sido patrocinado, em grande medida, pela conhecida Bancada do Agro, que detém perto de 200 votos no Congresso Nacional, as vezes contando com a adesão dos mais de 300 parlamentares associados à Frente Parlamentar da Agropecuária.

Por iniciativa desta bancada, em plena tragédia climática no Rio Grande do Sul tramitam no Congresso Nacional, por exemplo, um projeto para liberar de proteção ambiental enormes áreas da Amazônia, outro que libera para exploração agrícola o Bioma Pampa, que representa praticamente um terço do território gaúcho, outro que libera de proteção grande parte do Pantanal, outro ainda que libera de licenciamento certos tipos de empreendimentos, inclusive agropecuários, e institui o auto licenciamento (ou uma autodeclaração de impacto ambiental), e tantos mais que tentam derrubar, uma a uma, as proteções ambientais que foram construídas na legislação brasileira desde 1981, com a Lei 1.938 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente.

Parafraseando o Márcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima, quando se vê o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, que iniciou 2023 com uma seca severa e terminou com uma enchente dramática no vale do Taquari, e que agora em 2024 já protagoniza a maior tragédia ambiental do Brasil, é muito difícil qualquer pessoa trazer uma solução. Mas é fácil identificar quem tem trazido os problemas: o Congresso Nacional, com esta enxurrada de projetos de lei de destruição da legislação ambiental.

Enfim, os interesses do colonizador e do colonizado são diferentes, sobretudo se o colonizado tem o modelo mental do colonizador ainda à época da colonização, quando se tinha um território a espoliar e não um país a construir. Tudo tem a ver com o mal estar da colonização neste ocaso do neoliberalismo. A extrema direita de lá enfrenta o mal estar colonial tentando fechar seus países aos ex colonizados, à sua cultura e a seus produtos comerciais, usando para isso, inclusive, o discurso ambiental localista, nacionalista e identitarista. Já a extrema direita daqui quer emular, internamente, a mentalidade colonizadora que viu neste país continental um manancial de riquezas naturais a explorar indiscriminadamente. Para isso, não mede esforços para afastar as restrições ambientais.

Nossos extremistas jamais seriam localistas, jamais deixariam de ser negacionistas ambientais ou climáticos, pois aqui no Sul Global isso implicaria abandonar esta visão colonial espoliatória que os move.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/05/14/como-a-extrema-direita-mundial-ajusta-o-discurso-negacionista-diante-da-emergencia-climatica

Em Foco IV

Assédios e violências sexuais em desastres climáticos

Por *Juliana Gonçalves*
13/05/2024

No meio de tanta fragilidade e dor da tragédia do alagamento de mais de 300 cidades no Rio Grande do Sul, onde milhares de pessoas não sabem quando irão ter um teto novamente, crianças não sabem quando vão voltar à escola, a dor da perda de familiares, de pets, de bens, existe um grande temor das mulheres: o estupro.

A violência de gênero, que perseguem mulheres desde quando nascem, é muito mais suscetível de acontecer em momentos de vulnerabilidade. Na última década, tem aumentado e trazido à luz das câmeras de celulares a violência em hospitais em momentos que a mulher está sedada, de crianças e bebês que não conseguem ter autonomia e independência para falarem e agirem por si só em seus próprios lares e em manifestações e movimentos armados como a guerra da Rússia com a Ucrânia.

A primeira vez que eu ouvi falar do tema e fiquei extremamente emocionada, foi ao ler o livro de 2007 As boas mulheres da China, escrito por uma jornalista chamada Xiran, que coletou depoimentos chocantes de diferentes mulheres nos mais diversos contextos que sofreram violências de gênero em momentos de grande vulnerabilidade e que trouxeram traumas irreparáveis. Um destes depoimentos foi da mãe de uma menina que foi estuprada coletivamente próximo ao orfanato temporário após um grande terremoto. Após o ocorrido, a menina se suicidou, por não aguentar tanto sofrimento.

Quando lemos e ouvimos essas notícias, parecem distantes da nossa realidade e torcemos para que isto nunca chegue ao Brasil. Mas infelizmente, não demorou muitos dias após a tragédia climática do Rio Grande para que chegassem as denúncias de abusos e estupros. No dia 7 de maio, houve uma reunião emergencial promovida pela Ministra da Mulher, Cida Gonçalves, onde os movimentos sociais e de gênero, relataram casos de assédios e violência sexual nos abrigos, pois mostra que além do país não estar pronto para as emergências climáticas, também não está preparado para proteger pessoas que possam sofrer algum tipo de violência de gênero.

Para aprofundar ainda mais sobre o tema, é necessário falar sobre gênero para além de meninas e mulheres, mas de pessoas pretas, LGBTQIA+ e indígenas, que neste momento estão muito mais vulnerabilizadas. O preconceito já recorrente no dia-a-dia se intensifica em momentos de crise e calamidade pública, tornando essas pessoas mais propensas a sofrerem violências e abusos.

Neste momento, em que o Brasil todo se comove com milhares de lares perdidos, mortes e falta de acesso à itens básicos, é um momento também para não esquecermos de fazer o recorte de gênero, raça, classe e orientação sexual e promover soluções imediatas como:

- Orientações e regras sobre as comodidades dos abrigos com reforço às penalidades para quem comete violências e abusos (disponibilizadas em discursos e cartazes nos banheiros e comodidades dos abrigos);

- Quando possível, instalação de câmeras nos abrigos e reforços de monitoramento;

- Atenção e monitoramento maior em crianças e adolescentes;

- Realizar treinamento de prevenção à violência de gênero para agentes de segurança e equipe de voluntariado;

- Apoio psicológico priorizando os casos mais urgentes e vulneráveis;

- Em caso de estupro com possibilidade de gravidez, disponibilizar acesso legalizado e facilitado ao aborto.

Já a médio e longo prazo, temos muito o que fazer. As políticas negacionistas referentes às mudanças climáticas tentaram sempre adiar algo que não é mais adiável: disponibilizar recursos e realizar um plano robusto de adaptação climática em todas as esferas do governo: federal, estadual e municipal. A natureza retornou de um desgaste que vem sofrendo há décadas no Rio Grande do Sul: investimento em termelétricas e resistência à utilização de recursos limpos, bem como o apoio às grandes empresas e investidores sem estratégias de sustentabilidade.

Estão em tramitação dois projetos de lei que são grandes ameaças ao meio ambiente: Lei Geral do Licenciamento Ambiental, oferecendo maior liberdade na prática para práticas agropecuárias exploratórias, e o PL 364/2019, que flexibiliza proteção de áreas de vegetação não florestal, impactando diretamente os pampas, principal bioma do Rio Grande do Sul, mas também outros biomas importantes para o país.

No geral, as pessoas que mais sofrem com as causas climáticas e entendem suas consequências são também as que mais destinam recursos na política para a pauta de causas climática, que são mulheres e indígenas. Dentre os mais de 500 parlamentares, recentemente, foi divulgada uma notícia que apenas a deputada federal Célia Xakriabá (Psol-MG) foi a única a destinar verba para ações de combate às mudanças climáticas no valor de R$ 1 milhão para implementação e monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima em 2024.

Ressalto a importância de cobrarmos nas eleições e nos planos de governo ações de adaptação às mudanças climáticas e políticas públicas que beneficiem principalmente as pessoas mais vulnerabilizadas, uma construção coletiva, que deve ser realizada juntamente com a população e organizações da sociedade civil, uma cobrança importante, que é possível ser realizada ainda este ano nas eleições municipais, que irá pautar os próximos quatro anos dos municípios brasileiros.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/05/13/assedio-e-violencias-sexuais-em-desastres-climaticos

Em Foco V

Direito ao aborto: é preciso ir adiante

Por *Solange Caetano*
04/06/2024

O Brasil assistiu nas últimas semanas a uma grande e improvável mobilização de mulheres contra retrocessos na legislação do aborto legal, uma conquista vigente desde a década de 40, do século passado. Improvável porque a direita vem dominando a chamada "pauta de costumes" no Brasil já há alguns anos. E o debate sobre aborto virou tabu, com os setores populares se esquivando por que a sociedade brasileira, segundo dizem, é conservadora.

Confiando nesse suposto conservadorismo, o presidente da Câmara colocou em votação a urgência do PL 1409/2023, aprovado sem conversa, em menos de 30 segundos. Seu conteúdo basicamente criminaliza mulheres que têm direito ao aborto legal. Se o fizerem depois de 22 semanas, podem ser condenadas a pegar até 20 anos de prisão, enquanto a legislação prevê a pena de, no máximo, 10 anos para quem for condenado por estupro. Ou seja, se aprovado esse projeto, poderíamos ter um condenado por estupro cumprindo pena de 10 anos e a mulher estuprada, caso tenha conseguido fazer o aborto só depois de 22 semanas, presa por 20 anos. Seu "crime" seria maior do que o dele. Isso diz muito sobre a característica do Congresso brasileiro, com baixíssima representação de mulheres e da população mais pobre.

No Brasil, têm direito ao aborto legal as mulheres vítimas de estupro, as que gestam fetos anencéfalos e quando a manutenção da gravidez traz risco de morte para a mãe. Alguns dados nos ajudam a entender a gravidade desse projeto. O Atlas da Violência 2024 mostra que crianças de zero aos nove anos correspondem a 30% das vítimas de violência sexual. A faixa dos 10 aos 14 anos representa 49,6% dos casos. Ou seja, a grande maioria das vítimas de abuso sexual são crianças de até 14 anos de idade.

Crianças e adolescentes negras são 40% dos casos de estupro registrado, o dobro da incidência em comparação com as meninas brancas, segundo pesquisa do Núcleo de Estudos Raciais do Insper, com números do Sistema Nacional de Atendimento Médico do Ministério da Saúde.

Em âmbito nacional são poucos os hospitais que prestam o serviço de aborto legal. Não raro, a vítima de estupro que não deseja levar adiante a gravidez ou a gestante que corre risco de morrer precisa recorrer aos tribunais para garantir esse direito; e depois encontrar um serviço de saúde que se disponha a realizar o procedimento.

Apenas 1,8% das cidades brasileiras têm unidades de referência para serviço de aborto legal. Isso significa que em todas as demais, para garantir um direito, a mulher, menina ou criança precisa se deslocar para outro município. Com que dinheiro? As dificuldades são imensas.

Outro aspecto é que pode não ser fácil identificar a gravidez. Crianças e meninas de até 14 anos (79% dos casos) podem não saber que estão grávidas e só descobrirem depois de 22 semanas, muitas vezes porque a mãe ou outro familiar percebe. É justo obrigar crianças em situação de vulnerabilidade a levar adiante a gravidez?

As mulheres brasileiras e a população em geral responderam nas ruas que não é justo obrigar uma mulher vítima de violência sexual a levar adiante uma gravidez, ainda mais se for uma criança ou adolescente.

O Congresso brasileiro sentiu o golpe e o presidente da Câmara jogou para o segundo semestre a decisão sobre o projeto. Prometeu debate sobre o assunto, apesar de ter sido aprovada a urgência e não precisar passar pelas comissões da Câmara. Mas ainda é pouco.

Os movimentos de mulheres e a sociedade organizada exigem o arquivamento do PL 1904/2023, porque “criança não é mãe e estuprador não é pai”. A sociedade mostrou que não aceita mais esse retrocesso.

Link: **https://outraspalavras.net/outrasaude/direito-ao-aborto-e-preciso-ir-adiante/**

Em Foco VI

Mulher decidindo sobre o seu corpo é crime, mas homem controlando corpos de mulheres vira projeto de lei

Por Maria Clara Radi e Ana Keil
29/06/2024

Todos os dias meninas são violadas nos espaços domésticos pela família patriarcal, o espaço que, idealizado pela Igreja e pelos costumes europeus, deveria ser lar protetor.

Sabe-se, porém, que a desproteção do Estado reflete diretamente no cotidiano das famílias, uma vez que a ausência ou o desmonte de políticas públicas que garantam condições mínimas de sobrevivência comprometem o papel de cuidado socialmente estabelecido e atribuído à família.

O grande quantitativo de estupros no país se dá majoritariamente (68,3%) na residência da vítima que, de acordo com dados do Fórum de Segurança Pública de 2023 são, em maior parte (61,4%), crianças de 0 a 13 anos do sexo feminino. Isso quer dizer que, a maioria das meninas estupradas e, por muitas vezes, grávidas na infância, são fruto de crimes praticados dentro de casa.

O recorte de idade até 13 anos é importante porque é marcado pela compreensão legal de que esse é o tempo mínimo de vida considerado válido para o consentimento sexual a partir da perspectiva de seu amadurecimento, para poder exercer seu direito de escolha.

Essas meninas, em sua maioria quase absoluta, tem o direito ao aborto legal e seguro negado e dificultado, mesmo estando esse direito previsto no artigo 128 do Código Penal brasileiro desde a década de 1940.

Portanto, podemos afirmar que o direito à dignidade e à proteção integral da infância é negado a essas meninas. Elas são obrigadas pela família e/ou pelo Estado a serem mães ainda crianças por omissão na concretização de uma política pública de décadas atrás.

Embora o PL 1904/24, que tem levado milhares às ruas, atinja de forma predominante crianças, o aborto, ao contrário dos estereótipos, é também exercido por mulheres comuns.

O aborto já ocorre de maneira recorrente entre jovens e mulheres que já são ou possuem o desejo de se tornarem mães. As mulheres que abortam são esposas, solteiras, trabalhadoras, desempregadas, de todas as regiões do Brasil, de todas as classes sociais, de todos os grupos raciais, de todos os níveis educacionais e pertencem a todas as grandes religiões do país.

Isto não quer dizer, porém, que o aborto ocorra de forma homogênea em todos esses grupos sociais. Há diferenças, de fato. As que mais morrem ou têm complicações são as com baixa escolaridade e renda, negras, pardas e indígenas, além das expressivas diferenças regionais.

No entanto, não dá para falar de legalização do aborto sem considerar o ascenso do fundamentalismo religioso no nosso país. As pautas morais defendidas por esses grupos, vinculadas principalmente aos direitos reprodutivos e à sexualidade, são bandeiras

importantes que vinculam boa parte da classe trabalhadora a um projeto ao qual são a principal vítima.

Essas bandeiras que antes se manifestavam nos discursos tempestuosos de alguns pastores midiáticos ou nos grandes templos e igrejinhas de bairro, hoje, sobretudo após a gestão de Jair Bolsonaro, assumem e sustentam as suas pautas no poder Executivo e no Judiciário, como no caso desse PL.

Por isso, é uma disputa de projeto ideológico e não biomédico e muito menos jurídico, uma vez que, como já disse Debora Diniz: "o aborto é um procedimento menos arriscado para um corpo de dez anos do que o parto".

A luta contra o PL 1904 e pela legalização e descriminalização do aborto é a luta para que muitas dessas meninas vivendo um não-lugar, a maioria delas negras e pobres, tenham o direito de serem crianças.

Lutar pela legalização é romper com a violência estatal que incide mediante omissão das autoridades médicas (e jurídicas) em garantir-lhes o acesso ao aborto legal e seguro para assegurar a dignidade das mulheres, as quais são cotidianamente revitimizadas por uma nova violência.

Para o capitalismo, dar à mulher o direito de escolher sobre sua capacidade reprodutiva é tirar do Estado (o responsável por administrar os interesses da classe dominante) o poder de decidir a quantidade de operários sobrantes, que desvalorizam a força de trabalho e garantem excedente ao capitalista.

Agora é tempo de lutar contra um retrocesso, mas também de anunciar o aborto como uma questão de saúde pública, contra a criminalização das mulheres e pela autonomia dos nossos corpos frente ao Estado, ao Capital e aos homens.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/06/29/mulher-decidindo-sobre-o-seu-corpo-e-crime-mas-homem-controlando-corpos-de-mulheres-vira-projeto-de-lei

Em Foco VI

A greve da educação federal e o futuro do governo Lula

Por *Gibran Jordão*

31/05/2024

Uma poderosa greve de trabalhadores da educação federal está perto de completar 90 dias no caso dos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) e próximo de chegar a 60 dias de paralisação de docentes, das universidades e institutos federais. Os comandos nacional e locais de greve estão atuando juntos aos sindicatos nacionais – Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) e Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica).

Entre as principais reivindicações, está na pauta o tema das carreiras, reparação salarial devido aos anos de congelamento promovido pelos governos Temer e Bolsonaro, como também a recomposição orçamentária para melhores condições de trabalho e funcionamento das Instituições Federais de Ensino.

A decisão dos trabalhadores da educação federal em deflagrar greve, pela caracterização que as mesas de negociação estavam produzindo resultado nenhum, já demonstra uma sinalização de que algo não vai bem. Mas o que chama a atenção, é o fato de o governo estar pouco preocupado em resolver essa greve, utilizando inclusive de métodos estranhos à boa tradição sindical numa mesa de negociação. Não estamos falando de qualquer governo, estamos diante de que quem no seu programa eleitoral vencedor na eleição de 2022 tinha o investimento na educação como prioridade, o chefe das negociações da bancada do MGI é um ex-dirigente da CUT e o presidente da república é um ex-sindicalista.

Dois argumentos fortes vêm sendo apresentados pelos dirigentes sindicais dessa greve e que justifica a revolta, o primeiro é o fato do governo estar apresentando uma proposta que tem o índice de 0% para 2024, prejudicando ativos e os aposentados. Especialmente, esse último, que além de não ter nada de reajuste esse ano, também não recebe os benefícios que vai só para o pessoal da ativa. O segundo argumento é ainda mais pesado, e nos faz pensar se os dirigentes da cúpula do governo aprenderam alguma coisa com o enfrentamento contra os golpistas. Os negociadores do Ministério de Gestão e Inovação (MGI) deram um tratamento muito diferenciado na mesa de negociação para os profissionais da segurança pública. A polícia federal, rodoviária federal e policia penal receberam reajustes que em alguns casos chegam a 77%, com índices que serão pagos já esse ano, e tudo isso, sem precisar de fazer 1 dia de greve.

Para agravar de vez toda essa situação, na última mesa de negociação com os docentes, na última segunda-feira (27), Jose Lopez Feijó teve uma atitude que joga no lixo qualquer boa vontade de promover o direito a negociação e o respeito à representação sindical legítima. O negociador chefe do MGI assinou um acordo de greve com o Proifes (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico), que é uma entidade sindical que não tem carta sindical, que não indicou greve as suas bases e que tem uma representação totalmente minoritária nessa categoria. As entidades que representam a maioria absoluta dos docentes das universidades e institutos federais (Andes-SN e Sinasefe) tiveram suas contrapropostas ignoradas, com direito a um vídeo que correu pelas redes sociais no qual mostra Feijó simplesmente virando as costas para dirigentes sindicais que insistiam em ser ouvidos pelos corredores do ministério.

Ora! O Proifes só pode assinar essa proposta, porque houve uma greve (movimento paredista no qual essa entidade não tinha acordo) que conseguiu depois de muitos dias de paralisação fazer o governo se mover para apresentar uma proposta diferente da primeira apresentada no início das negociações desse ano. Ou seja, o Proifes parasitou essa greve e com a ajuda dos negociadores do MGI conseguiu assinar uma proposta, que ainda que tivesse avanços, não tinha sido considerada suficiente pela ampla maioria das assembleias de docentes para terminar a greve.

Essa atitude gerou revolta contra o método que fere o direito democrático de negociação e obviamente uma reação dos sindicatos que se sentiram prejudicados, que através de uma ação na justiça, conseguiram uma liminar nessa quarta-feira, dia 29/05, que anula os efeitos desse acordo, pois o Proifes por não ter carta sindical, não foi considerado uma entidade legitima para assinar tal acordo. Pode ser que essa decisão seja derrubada, mas o desgaste da imagem do governo na relação com sindicatos de trabalhadores da educação já ficou bem arranhada.

Além da greve de docentes e esses fatos inacreditáveis narrados acima, é preciso dar destaque também a greve dos TAE, que no próximo dia 11 de junho vai completar três meses, trata-se da categoria com o pior piso e o pior teto do funcionalismo público federal. Estamos falando de trabalhadores altamente qualificados, corresponsáveis pelo funcionamento das universidades e institutos federais do país, que são verdadeiras fabricas de produção de pesquisa, ciência e conhecimento.

O que foi ofertado até agora para os Técnico Administrativos em Educação (TAE) é muito aquém do que foi negociado com os profissionais da segurança pública, e o impacto orçamentário da proposta feita a essa categoria representa metade do que foi apresentado aos docentes até agora. O plano de expansão das universidades e institutos federais, a política de cotas que colocou mais jovens da população periférica no ensino superior e a propaganda oficial do governo que dá destaque a educação são elementos muito importantes, mas não vão funcionar plenamente na pratica, sem a valorização dos TAE, que vem sofrendo uma forte evasão de seus quadros, pelo fato da sua carreira (PCCTAE) que está fazendo vinte anos, acumular problemas, contradições, injustiças e péssima remuneração salarial.

Por último, alertamos sobre qual a conclusão política que o conjunto da categoria de docentes, TAE e suas famílias vão tirar ao final de todo esse processo, pois o tratamento dispensado pelo "governo da reconstrução" não está equivalente a toda luta que os trabalhadores da educação fizeram no último período. Realmente muita coisa foi destruída e precisa ser reconstruída nesse país depois do golpe de 2016 e da experiencia que o povo brasileiro teve diante dos governos Temer e Bolsonaro. Os trabalhadores da educação federal em sua maioria estiveram na linha de frente da luta contra os absurdos da Lava Jato, no combate as consequências da pandemia salvando vidas, na batalha contra a ascensão da extrema direita e do bolsonarismo, e na eleição de Lula em 2022.

Esses sinais de "indiferença" emitidos pelo governo nessa péssima condução nas mesas de negociação com as entidades sindicais da educação federal ainda podem ser revertidos, e precisam ser levados em consideração, especialmente pelos números que as pesquisas de satisfação popular sobre o governo vem demonstrando. É preciso cumprir as promessas de campanha, colocar a educação e seus trabalhadores como prioridade máxima do orçamento federal, se quisermos pensar um futuro para o governo Lula, diante de uma extrema direita reacionária e neoliberal que está com sangue no olho e com forte capacidade de mobilização.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2024/05/31/a-greve-da-educacao-federal-e-o-futuro-do-governo-lula**

Em Foco VII

A influência da mídia nas greves das universidades federais

Por *Richard Santos*
16/06/2024

A reunião convocada pela presidência da República com reitores e reitoras de instituições públicas de ensino superior, na última segunda-feira (10), com o objetivo de apresentar o que já teria sido feito de investimento nas universidades federais e institutos, e o que ainda será investido, numa média de R$ 5 bilhões, conforme alardearam os principais jornais e agências de notícias corporativas, foi um marco na relação do atual governo com movimentos grevistas do campo educacional.

Percebo este marco na história recente, ao observar a costura simbólico-discursiva de seu início ao fim, tendo o presidente Lula colocando a cereja no bolo ao rememorar suas raízes sindicais e determinado, a partir disso, o retorno ao trabalho das categorias em greve, docentes e técnicos, desfazendo a importância da luta dos trabalhadores da educação. Me fez lembrar o que chamamos de teoria do agendamento midiático, muito utilizada pelo antigo ocupante do Palácio do Alvorada em seu cercadinho, mas nunca nominada como tal. Agendamento.

Num momento em que o governo, refém do centrão no Congresso Nacional, não consegue aprovar suas pautas no parlamento, e que os políticos desse mesmo espectro em cargos de ministro de Estado não devolvem o apoio de suas bases ao governo, vimos os servidores da educação, com um dos pisos mais baixos do funcionalismo federal, sendo utilizados pelo governo para o agendamento e melhoria de sua imagem em relação a opinião pública.

A teoria do agendamento midiático, desenvolvida nos anos 1970, também conhecida como "agenda setting", é uma ferramenta crucial para entender como a mídia influencia a percepção pública sobre diversos temas. Esta teoria propõe que a mídia não apenas informa o público sobre os eventos, mas também define a importância desses eventos ao decidir quais tópicos serão destacados. Ao aplicar essa teoria ao contexto das greves nas universidades federais no Brasil, podemos observar como a cobertura midiática molda a percepção pública e, consequentemente, as respostas políticas e sociais a essas greves.

Num breve recorte histórico, é possível observar que as greves nas universidades federais brasileiras têm uma longa história, marcada por reivindicações constantes por

melhores condições de trabalho, salários justos e investimentos adequados em infraestrutura e pesquisa. Isso dentro de um universo de trabalho precarizado e de pouca atenção no histórico republicano brasileiro.

Desde a redemocratização do Brasil nos anos 1980, as greves universitárias se tornaram um instrumento frequente de luta dos docentes, técnicos e estudantes.

Alguns marcos históricos incluem a greve de 1980, uma das primeiras grandes greves da redemocratização, que buscou melhores salários e a autonomia universitária; a greve de 1998, marcada por reivindicações contra a política de ajuste fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso, que implicava cortes no orçamento da educação; a greve de 2012, uma das mais longas, durando mais de 100 dias, com pautas que incluíam a reestruturação da carreira docente e a melhoria das condições de trabalho; e a paralisação de 15 de Maio de 2019, motivada principalmente pelos cortes orçamentários promovidos pelo governo Bolsonaro, afetando diretamente o funcionamento das universidades.

Ao aplicarmos a teoria do agendamento às greves nas universidades federais, destacam-se alguns pontos críticos. Primeiro, a visibilidade que a mídia dá às greves influencia diretamente a percepção da sua importância pelo público. Nos períodos em que as greves recebem ampla cobertura, há um aumento na pressão pública sobre o governo para negociar e atender às demandas dos grevistas. A greve de 2012, por exemplo, ganhou significativa atenção midiática, o que ajudou a mobilizar o apoio popular.

Em segundo lugar, o modo como a mídia enquadra a greve é determinante.

De modo geral, greve de servidores públicos são vistos de forma negativa pelos veículos da mídia patronal. Estudos indicam que a valência (positiva, negativa ou neutra) da cobertura pode moldar as atitudes do público. Coberturas que destacam os impactos negativos da greve para os estudantes tendem a gerar uma visão negativa da greve. Por outro lado, narrativas que enfatizam as dificuldades enfrentadas pelos docentes e a falta de recursos nas universidades tendem a gerar empatia e apoio.

Além disso, a pressão midiática tem o condão de influenciar diretamente as decisões políticas. Governantes costumam ser sensíveis à opinião pública, e uma cobertura midiática favorável às demandas dos grevistas pode resultar em negociações e concessões. A greve de 1998, por exemplo, ocorreu em um contexto de forte cobertura midiática crítica às políticas de ajuste fiscal, o que pressionou o governo a reconsiderar alguns de seus cortes.

Outro ponto importante é que as greves universitárias competem com outros eventos na agenda midiática. Em momentos de crises econômicas ou políticas, a cobertura da mídia

pode se deslocar, reduzindo a visibilidade das greves. Isso foi evidente na greve de 2019, que coincidia com uma série de crises políticas e econômicas, diluindo a atenção que poderia ter sido dada às reivindicações dos grevistas.

É neste sentido que a teoria do agendamento midiático oferece uma poderosa lente para melhor compreendermos a dinâmica das greves nas universidades federais no Brasil, e a recepção destas demandas grevistas pelo governo da vez. Considero a mídia como uma ferramenta ímpar na estruturação do imaginário social, principalmente por seu papel fundamental em moldar a percepção pública e influenciar as respostas políticas às greves.

Para os grevistas, compreender essa dinâmica é essencial para desenvolver estratégias de comunicação eficazes e conquistar apoio público. Para o governo, se progressista ou conservador é crucial refletir sobre os signos produzidos e o impacto causado no direito à greve e no fortalecimento da democracia.

Por fim, o histórico das greves nas universidades federais demonstra a persistência das lutas por melhores condições na educação superior no Brasil e fortalecimento democrático. À luz da teoria do agendamento, é evidente que a visibilidade e o enquadramento midiático dessas greves são cruciais para o sucesso das reivindicações. Portanto, a articulação com a mídia e a gestão da percepção pública são elementos chave na luta por uma educação pública de qualidade e justa.

É neste sentido que ao descaracterizar a urgência dos investimentos públicos nas instituições públicas de ensino superior, o presidente, arvorado em seu histórico de exímio negociador sindical, “lacrou” para a opinião pública, gerou engajamento nas redes sociais e impactou seriamente para o fim da greve das duas categorias paralisadas. Por outro lado, agradou ao mercado através da mídia patronal, corporativa. Ora, um político que há pouco dizia-se injustiçado, justamente pelo agendamento de sua imagem, coloca-se a mercê desta mesma corporatividade midiática para deslegitimar movimentos de trabalhadores historicamente afetados pelo descaso estatal com a educação pública.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/06/16/a-influencia-da-midia-nas-greves-das-universidades-federais

Em Foco VIII

Um 1º de Maio de negação do poder da classe trabalhadora?

Por *Jorge Luiz Souto Maior*
01/05/2024

Nos últimos anos, de 2017 a 2022, a classe trabalhadora sofreu ataques extremamente fortes e variados. Inserem-se neste contexto, a PEC do 'fim do mundo'"(EC 95/17); a 'reforma' trabalhista (Lei n. 13.467/17); a 'reforma' previdenciária (EC 103/19); e, durante a pandemia, as MPs 927 e 936 de 2020.

No período da pandemia, aliás, os ataques se estabeleceram no plano de uma autêntica necropolítica, por meio da qual se ceifou a vida ou se debilitou a saúde de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Naquela oportunidade, em 1º de maio de 2020, publiquei texto em que, lembrando que o dia em questão marca as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores por melhorias nas suas condições de vida e de trabalho e também recordando que há anos a classe trabalhadora já vinha vivenciando a situação de apenas lutar pela preservação dos direitos conquistados, chamava a atenção para o fato que se tinha naquele momento de extrema tragédia uma oportunidade para a reconstrução da consciência de classe e para a unificação da classe trabalhadora, o que lhe permitiria maior força para o enfrentamento do capital, já que, ao menos retoricamente, a sociedade burguesa admitia a essencialidade do trabalho e, por consequência, a relevância do trabalhador e da trabalhadora, mirando, sobretudo, os segmentos até então mais invisibilizados.

Propugnava a necessidade de uma reconstrução da classe trabalhadora, de modo a considerar como autênticos apenas os movimentos trabalhistas (nos setores públicos ou privados) que:

"a) não tenham como propósito a defesa exclusiva dos interesses imediatos de uma determinada 'categoria' de trabalhadores (ainda mais sobrepondo-se aos interesses de outra 'categoria'). 'Categoria', aliás, que foi um conceito formal, juridicamente instituído, para dividir a classe trabalhadora;

b) se organizem na perspectiva da defesa dos interesses da classe trabalhadora como um todo, integrando, necessariamente, os excluídos do mercado de trabalho;

c) estejam baseados na igualdade plena de direitos e na divisão igualitária de tarefas entre homens e mulheres, abrangendo os ambientes públicos e privados, enfrentando, inclusive, todas as formas de discriminação baseadas em gênero e orientação sexual;

d) tenham como ponto de partida fundamental a igualdade de direitos entre trabalhadoras e trabalhadores em geral e as empregadas domésticas, integradas, enfim, à classe trabalhadora politicamente organizada;

e) superem a divisão de classe determinada pela terceirização;

f) enfrentem de forma objetiva e intransigente todas as questões (inclusive na vida privada) relacionadas ao racismo e ao machismo;

g) integrem ao centro de suas preocupações, na exigência de tratamento igualitário e de ampliação de direitos, os trabalhadores e trabalhadoras informais e, sobretudo, os que prestam serviços por intermédio de aplicativos.”

No entanto, as coisas no meio sindical não se moveram neste sentido em assim, continuamos vivenciando as experiências das lutas dos fragmentos desconexos e por vezes até contraditórios das categorias de trabalhadores.

No 1º de maio de 2021 atingimos estágio aprofundado do massacre e, em novo texto, preconizava que "a reversão da tragédia humanitária, social e econômica em que nos encontramos, depende essencialmente da reação coletiva da classe trabalhadora". Denunciava, ainda, os males da imobilidade provocada por uma certa utilização da tragédia como argumento para a sucessão eleitoral que estava por vir, em 2022.

Como explicitado a época: “Mas também cabe dizer que a desmobilização e a preservação do presente estado de coisas são igualmente promovidas pela defesa e a esperança de que tudo se resolverá – e apenas assim se dará – nas eleições de 2022, mesmo porque cada vida perdida até lá não se recupera. É preciso admitir urgentemente que vivenciamos uma tragédia, que nos impõe, a todas e todos, atitudes emergenciais. ”

Diante do aprofundamento das fórmulas de precarização do trabalho, da radicalidade assumida pelo governo de atender, unicamente, os interesses do grande capital e da ausência de uma reação contunde no plano da organização sindical, da ação política ou da intervenção institucional, a classe trabalhadora, atomizada, se viu na emergência de se mobilizar, para, do jeito que desse, defender a própria vida. Foi o momento das denominadas “greves sanitárias”. Greves cujo objetivo único era a imposição de condições de trabalho que pudessem reduzir os riscos à saúde e à sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras.

E a reiteração dos ataques aos direitos trabalhistas vinha num crescente tão gigantesco que ainda foi necessário estabelecer um debate jurídico acerca da legitimidade de uma mobilização para a defesa da vida. Tive que expressar, contrariando posições em sentido adverso, que, obviamente, trabalhadores e trabalhadoras são pessoas como outras quaisquer e que, portanto, têm o direito inalienável de proteger as próprias vidas, chame-se esta defesa de "greve" ou por qualquer outro nome.

Daí porque foi consignado no texto referido que: "As greves sanitárias e solidárias (daí, inclusive, a essencialidade da greve geral sanitária) estão juridicamente respaldadas pelo princípio de que a defesa de direitos fundamentais, como o direito à vida (o principal deles), não depende de uma lei que o assegure ou defina como deva ser exercido."

A respeito das atrocidades cometidas contra a classe trabalhadora no período pandêmico, um aspecto é muito importante de ser agora destacado, sobre o qual, inclusive, cheguei a me referir em vários textos escritos à época: o de como o cálculo eleitoral, visando o pleito de 2022, promoveu um estado de anestesia e de imobilidade diante da tragédia humana vivenciada na pandemia e o quanto isso contribuiu para o agravamento e o prolongamento do sofrimento da classe trabalhadora.

O que se tentava fazer acreditar era que a situação estrutural só seria alterada com a eleição de um novo governo, encabeçado por Luiz Inácio Lula da Silva. Concretamente, não se fez nada contra todo o massacre da classe trabalhadora porque, a partir de 2023, com a vitória eleitoral, tudo seria corrigido. E, agora, no 1º de maio de 2024, mais de um depois da conquista eleitoral, o que restou para a classe trabalhadora? Sofrer mais ataques! E esta resposta não é fruto de uma interpretação ou avaliação subjetiva. Trata-se da explicitação de fatos que, ademais, falam por si.

Ora, o que se viu é que:

a) foram mantidos todos os termos da "reforma" trabalhista;

b) foram mantidos todos os termos da "reforma" previdenciária;

c) não foi efetivada qualquer iniciativa para a responsabilização histórica pela necropolítica levada a efeito pelo governo anterior;

d) não foi realizada nenhuma iniciativa no sentido da ampliação de direitos: estabilidade ou garantia de no emprego: revogação da inconstitucional lei de greve de 1989; eliminação da terceirização, inclusive no setor público; revogação do banco de horas; ampliação e efetivação dos direitos das trabalhadoras domésticas; garantia da autogestão dos sindicatos, incluindo o financiamento;

e) foi levada a efeito uma “reforma” tributária que não atende a lógica de distribuição da riqueza socialmente produzida;

f) foi encaminhada ao congresso uma “reforma” administrativa que não prioriza o serviço e os servidores públicos;

g) foi encaminhado ao congresso um projeto de lei que exclui a relação de emprego no trabalho por aplicativos e cuja defesa tem sido feita, pelo próprio Presidente da República, por meio de ataques à CLT, bem ao estilo de Paulo Guedes, Ministro da Economia do governo passado.

Não bastasse, autuando na condição de empregador, o governo ofereceu a professores e servidores das universidades federais um “reajuste” de 0,0%, ao mesmo tempo em que reforçou a lógica neoliberal ao substituir a política salarial por aumento em benefícios cuja existência está baseada na quebra do pacto de solidariedade, já que estratégica e artificialmente foram deles excluída a conceituação de salário, sobre o qual, como se sabe, incidem as contribuições de índole social e tributos.

Do ponto de vista concreto, este 1º de maio de 2024 será marcado:

- Pela greve nas universidades federais
- Pelo número recorde de mortes de motociclistas (entregadores, na quase totalidade), na cidade de São Paulo, no primeiro trimestre
- Pelo ainda recorrente trabalho em condições análogas à escravidão
- Pelo dado concreto de que 78% das 1.132 greves realizadas no Brasil em 2023 ainda tinham como objetivo central defender direitos já conquistados
- E pela total ausência de luta contra todo esse estado de coisas, para, como se diz, não desestabilizar a governabilidade.

Mas, pior mesmo, será ver, como se anuncia, a realização de um ato unificado, organizado pela CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB Intersindical Central da Classe Trabalhadora, marcado para o estádio do Corinthians, com a presença do Presidente da República, além de lideranças sindicais, convidados e convidadas que representam movimentos populares e a sociedade civil organizada, parlamentares, lideranças partidárias, ministros e autoridades do governo federal, e artistas, com a pauta genérica da luta “’Por um Brasil mais Justo’, com foco no emprego decente, na correção da tabela do imposto de Renda, na redução dos juros e na valorização dos servidores públicos”, ou seja, sem se fazer menção a todas as situações acima enumeradas, cuja vigência é sintoma tanto da preservação, em benefício do capital, de todos os mecanismos a serviço da superexploração

do trabalho, quanto do controle de organizações de trabalhadores e trabalhadoras pela classe política no poder.

Depois de tantos ataques e de enormes sofrimentos, seria a hora de, com a imprescindível unidade classista, isto é, sem deixar ninguém de fora, os trabalhadores e trabalhadoras mostrarem a sua força, que, indubitavelmente, pode, inclusive, estabelecer as correlações de forças necessárias para que se altere esta realidade de submissão aos desmandos, cada vez mais despudorados e sem limites, do grande capital e que, inclusive, constituiu a causa e o efeito do golpe de 2016 e que só se consolidou com a arbitrária e ilegítima prisão do Presidente Lula.

No entanto, no 1º de maio que se anuncia, ao se explicitar que representações importantes da estrutural sindical brasileira não propõem uma reversão da realidade existente no mundo do trabalho, não se contrapõem às atuais iniciativas de retrocesso social e trabalhista e ainda se submetem às vicissitudes da política de negociação congressual, na qual pautas ao agrado do capital são acolhidas como parte do processo de negociação, o que se tem como efeito é um ato político que acaba significando uma forma de legitimação de todos os efeitos nefastos da quebra de institucionalidade a que fomos submetidos desde 2016, incluindo a deposição de Dilma e a própria prisão do Presidente Lula, além de se constituir uma explícita negação do poder histórico da classe trabalhadora. Menos mal que, em outras mobilizações, a luta continua.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2024/05/01/opiniao-um-1-de-maio-de-negacao-do-poder-da-classe-trabalhadora**

Agenda Acadêmica

I Fórum Brasileiro de Sociologia

Apresentação: Presentemente, o campo científico vem conhecendo importantes mudanças que afetam o modo de produção do conhecimento, seus fundamentos conceituais, teóricos e metodológicos, a formação de recursos humanos, as modalidades reconhecidas de divulgação de seus achados e sobretudo a organização do trabalho. Suas repercussões incidem inclusive na credibilidade da ciência

como vetor de desenvolvimento social e da possibilidade de vida associativa orientada pela promoção e implementação de direitos humanos fundamentais.

A sociologia e as demais ciências sociais estão igualmente sujeitas ao turbilhão de transformações. A despeito de suas singularidades, a sociologia vem experimentando um certo esgotamento de suas estratégias tradicionais de reprodução como campo de conhecimento. Ao mesmo tempo, sofre as pressões externas para atender tantas demandas da sociedade em geral quanto do próprio campo científico. Inovar tem sido palavra de ordem.

Para a sociologia isso significa inventar novos arranjos teóricos e metodológicos. Esse desafio requer incorporar os meios digitais à produção e disseminação do conhecimento, estabelecer conexões e diálogos com outras fronteiras disciplinares, refletir sobre a diversidade dos modos de organização do trabalho acadêmico-científico em um arco que contemple desde a artesania intelectual centrada na pesquisa individual até à constituição de redes nacionais e globalizadas. Não menos relevante é a reflexão sobre os meios atuais de divulgação científica para além da existência de fóruns especializados e das publicações qualificadas. Igualmente relevantes são preocupações com a formação de sociólogas e sociólogos.

O propósito do I Fórum Brasileiro de Sociologia é, a partir de respostas a essas questões, estabelecer diretrizes para que a SBS possa participar de fóruns e agências que formulam políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

Data e local: 16 a 18 de julho de 2024. Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo.

Para mais informações:
https://www.forum2024.sbsociologia.com.br/apresentacao

14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Apresentação: Em regimes democráticos, a política e as políticas públicas lidam com o desafio de enfrentar as inúmeras desigualdades que abalam a qualidade da democracia em diferentes contextos - em democracias consolidadas, em crise ou em reconstrução. O Brasil, em seu processo atual de (re) construção democrática e de suas políticas públicas, está diante deste desafio. Nesse cenário, a ABCP se propõe a pensar e debater as democracias, suas instituições, atores e resultados, especialmente diante das múltiplas formas de desigualdades.

A justiça climática é outra preocupação global, para a qual a Ciência Política também tem muito a contribuir. As mudanças climáticas afetam todas as sociedades, que sofrem e sofrerão cada vez mais os seus efeitos, mas sabemos que a população mais vulnerável é atingida de forma desproporcional pelos desastres naturais decorrentes da ação humana. Assim, compreender e discutir a justiça climática significa pensar a distribuição equitativa dos ônus e benefícios das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, combatendo as desigualdades aí presentes.

Em suas diferentes manifestações, a pobreza, as desigualdades de raça, de gênero, ambiental e territorial, o desrespeito aos direitos humanos e aos grupos minoritários, e tantas outras formas de desigualdades, são desafios a serem enfrentados pela Ciência Política, que pode e deve fornecer ao debate público contribuições cientificamente embasadas, capazes de gerar o aprimoramento dos

regimes democráticos. O 14º Encontro da ABCP constituirá espaço de diálogo para essas questões, com um olhar atento ao Sul Global, suas especificidades políticas, econômicas e sociais, assim como suas contribuições para o desenvolvimento da Ciência Política mundial.
A opção por realizar o Encontro na região Nordeste ressalta a importância de uma reflexão acadêmica sobre o tema das desigualdades que marcam os países do Sul Global, e sobretudo a sociedade e as regiões brasileiras, estimulando a contribuição da Ciência Política nessa perspectiva, sem perder de vista as desigualdades que marcam a própria área, seja no Brasil ou no mundo.

Data e local: 1 e 2/08/2024, on-line; 5 a 8/08/2024, presencial

Para mais informações: https://www.abcp2024.sinteseeventos.com.br/site/capa

IX Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS)

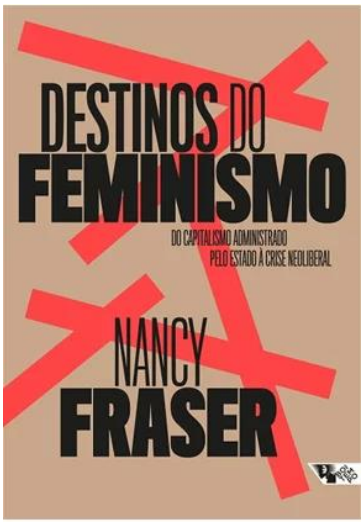
Apresentação: O Comitê Organizador do IX Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) e os coordenadores do XVIII Congresso da Sociedade de Estudos sobre a América Latina e Caribe (SOLAR), em colaboração com do 58° Congresso Internacional de Americanistas (ICA) - 150 anos e da Fundação Professor Andrzej Dembicz - Varsovia/Polônia, convidam os membros da academia e da comunidade latinoamericanista para discutir os diferentes problemas que afligem as sociedades americanas e o mundo.

Data e local: O evento acontecerá entre os dias 12 a 16 de agosto de 2024 na UERJ, Campus Maracanã, Rio de Janeiro.

Mais informações: E-mail: congressonucleas@gmail.com

Lançamentos

DESTINOS DO FEMINISMO: DO CAPITALISMO ADMINISTRADO PELO ESTADO À CRISE NEOLIBERAL. Nancy Fraser. Editora Boitempo. 2024.



Sinopse: A segunda onda do feminismo surgiu como uma luta pela libertação das mulheres e ocupou seu lugar ao lado de outros movimentos radicais. Mas a subsequente imersão do feminismo na política de identidade coincidiu com um declínio de suas utopias e com a ascensão do neoliberalismo. Em Destinos do feminismo, a filósofa Nancy Fraser defende um feminismo radical revigorado capaz de enfrentar os desafios atuais e a crise econômica global. Os ensaios reunidos na obra foram escritos ao longo das últimas décadas e documentam as mudanças no imaginário feminista desde a década de 1970. O livro tem três partes. A primeira parte apresenta textos que situam o feminismo da segunda onda num campo mais amplo de lutas democratizantes e anticapitalistas. A segunda parte traça alterações subsequentes no imaginário feminista, como o deslizamento cultural mais amplo da política de igualdade para a política de identidade. São capítulos que diagnosticam os dilemas enfrentados pelos

movimentos feministas em um período de neoliberalismo ascendente. A terceira e última parte contempla as perspectivas de um renascimento do radicalismo feminista em tempos de crise neoliberal.

"Este volume tem uma orientação ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva. Mapeando as mudanças no imaginário feminista desde a década de 1970, oferece uma interpretação da história recente do pensamento feminista. Ao mesmo tempo, contudo, ele olha adiante, para o feminismo do futuro, que está sendo inventado pelas novas gerações de ativistas feministas. Educada nos meios digitais e confortável no espaço transnacional, mas formada no cadinho da crise capitalista, esta geração promete reinventar mais uma vez a imaginação feminista. Advindas do longo caminho da política de identidade, as jovens feministas desta geração parecem preparadas para fazer surgir uma nova síntese de democracia radical e justiça social. [...] Confrontadas com a mais grave crise do capitalismo desde a década de 1930, têm todos os incentivos para conceber críticas novas e sistemáticas que combinem as ideias persistentes do feminismo socialista com as dos paradigmas mais recentes, como o pós-colonialismo e a ecologia", diz a autora no prólogo da obra.

Expediente

Reitora
Profª. Gulnar Azevedo e Silva
Vice-reitora
Prof. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Pró-reitor de Graduação
Prof. Antônio Soares da Silva
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª. Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Profª. Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Renato dos Santos Veloso
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editor
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção
Brena da Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação e Revisão
Thaís Lopes Cortes
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.